



Propostas ao IOF serão encaminhadas ao Congresso na próxima semana

As propostas para compensar o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) serão encaminhadas ao Congresso na próxima semana, disse na terça-feira (3) o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Acompanhado do vice-presidente, Geraldo Alckmin, do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e do presidente da Câmara, Hugo Motta, Haddad deu entrevista após almoço no Palácio da Alvorada.

Segundo Haddad, o desenho final das propostas será apresentado aos líderes partidários no próximo domingo (8), em reunião na residência ofi-

cial do presidente da Câmara, antes de ser divulgado para a imprensa. Mais cedo, o ministro tinha dito que o pacote para compensar a alta do IOF incluirá uma proposta de emenda à Constituição (PEC), um projeto de lei e "provavelmente" uma medida provisória.

Após o almoço, que reuniu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o vice-presidente Alckmin, ministros, parlamentares governistas e os presidentes da Câmara e do Senado, o ministro disse haver um alinhamento entre o governo e os parlamentares da base aliada sobre as ações para compensar a elevação do IOF. **Página 3**

Produção de óleo e gás do pré-sal bate recorde em abril

Página 3

Parlamentares do Brics criticam guerra tarifária promovida pelos EUA

Página 6

Saiba como funciona o monitoramento de agressores de mulheres com tornozeleira em SP

O programa de monitoramento por meio da tornozeleira eletrônica está ajudando a salvar dezenas de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Desde o início do projeto, 48 agressores foram presos pela Polícia Militar de São Paulo por descumprimento da ordem judicial.

Na cidade de São Paulo, os infratores detidos por violência doméstica são submetidos à audiência de custódia. Após a deliberação do Poder Judiciário, os infratores recebem a tornozeleira eletrônica e passam a ser vigiados ininterruptamente pelo Centro de Operações da Polícia Militar (Copom).

A iniciativa permitiu que os tornozelados que violem a medida protetiva contra a vítima sejam capturados e conduzidos à delegacia. Os policiais que atuam no Copom, o maior da América Latina, monitoram os agressores diariamente.

"Caso ele ultrapasse o perímetro permitido determinado pela Justiça e tente se aproximar da vítima, um alerta visual e sonoro é emitido na sala de gerenciamento", disse o capitão Adriano Oleari Bianchini, chefe da seção operacional do Copom. "Imediatamente, a viatura que está mais próxima do infrator é acionada e outra é despachada para a casa da vítima."

"A principal vantagem do programa é que dessa forma a Polícia Militar toma conhecimento da intenção do suspeito antes de que ele se aproxime da vítima, conseguindo se antecipar a um possível crime", acrescentou o chefe da seção operacional do Copom.

O Copom recebe o alerta por meio de um mapa que define o perímetro que não pode ser acessado pelo infrator. Em alguns casos, a determinação judicial pode incluir o raio de exclusão da área em outros endereços como o local de trabalho e a residência de familiares.

Além disso, o sinal sonoro é disparado quando o monitorado tenta romper a tornozeleira, não carrega a bateria do dispositivo e deixa o equipamento descarregado ou se ausenta do município por mais de oito dias sem avisar o Poder Judiciário.

A vítima também pode enviar o alerta à central acionando o botão do pânico, no aplicativo SP Mulher Segura, quando ver que o agressor está próximo a ela. O alerta despacha uma viatura policial para o local.

Desde o início do projeto, em setembro de 2023, 48 agressores foram presos por descumprimento de medida imposta pela Justiça.

O projeto da tornozeleira eletrônica é um acordo entre o Governo de São Paulo e o Tribunal de Justiça (TJ) para monitorar acusados em qualquer tipo de crime que inclui homicídios, roubos e furtos. No entanto, os casos que envolvem violência doméstica foram priorizados. (Governo de SP)

Justiça bloqueia R\$ 119 mi de investigados por fraude contra INSS



Foto/Fabio Rodrigues - Pozzeboni/ABr

Página 6

Governo de SP sanciona salário-mínimo paulista de R\$ 1.804, com aumento de 10% e ganho real acima da inflação

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, sancionou a lei que eleva o salário mínimo paulista para R\$ 1.804,00. A medida foi publicada no Diário Oficial do Estado nesta terça-feira (3). O novo valor representa um aumento de 10% em relação ao piso atual, de R\$ 1.640, estabelecido no ano passado, e é 18,84% superior ao mínimo nacional, fixado atualmente em

R\$ 1.518. Desde 2022, o crescimento do piso estadual foi de 40,5%.

"Estamos falando de um ganho real da ordem de 27% desde a nossa chegada. Conseguimos chegar a um equilíbrio para oferecer o salário-mínimo de R\$ 1.804. É um recurso que chega em boa hora, no momento em que as pessoas estão pressionadas pelo preço dos alimentos. **Página 2**

DÓLAR	
Comercial	Turismo
Compra: 5,63	Compra: 5,68
Venda: 5,63	Venda: 5,86
EURO	
Compra: 6,40	
Venda: 6,40	

Esporte

Mais de 160 pilotos disputam corridas do MOTO1000GP em Interlagos

A segunda passagem do MOTO1000GP pelo Autódromo de Interlagos, após sua retomada em 2023, acontece neste fim de semana. As atividades da competição, em São Paulo (SP), serão realizadas entre quinta-feira (5) e sábado (7) e reunirão mais de 160 pilotos, que disputam 12 provas entre sexta-feira (6) e sábado (7), em oito categorias: GP1000, Daytona 660 Cup, GP600, Motul 300V Cup, Yamalube R3 BLU CRU Latin America Cup & Talent, Yamaha R15 BLU CRU Latin America e Motu Endurance.

O Autódromo José Carlos Pace, conhecido como Interlagos, é o circuito mais tradicional do automobilismo brasileiro. Localizado na zona sul de São Paulo, foi inaugurado em 1940 e carrega mais de oito décadas de história no esporte a motor. Com 4.309 metros de extensão e 15 curvas, o traçado combina retas de alta velocidade, subidas, descidas e trechos bastante técnicos. É desafiador

e exige acerto preciso das motos e muita habilidade dos pilotos.

"Chegamos a Interlagos com grande expectativa. Este circuito, reverenciado como nosso templo da velocidade, é desafiador e técnico. Com curvas de baixa, média e alta velocidades, além de subidas e descidas, Interlagos exige o máximo dos pilotos em habilidade e técnica", afirma Marcus Vinicius Tucano, diretor de provas do MOTO1000GP.

Para reforçar a segurança, o MOTO1000GP montará 380 metros de barreiras de proteção de ar do tipo Duplo A, certificadas com o mais alto nível pela Federação Internacional de Motociclismo (FIM). Esse equipamento é projetado para absorver o impacto do conjunto moto e piloto, funcionando como uma bolsa de ar em casos de quedas ou saídas de pista. A programação completa da etapa está no site do MOTO1000GP.

Os ingressos para a etapa de abertura do MOTO1000GP em Interlagos já estão disponíveis no Sympla, com opções para diferentes experiências



Foto/MOTO1000GP

Serão 12 corridas de oito categorias entre sexta-feira e sábado a partir de R\$15,00:

Club GP VIP: acesso exclusivo a uma área privilegiada, com coquetel e bebidas disponíveis no sábado em horário estabelecido. Inclui o boné oficial do MOTO1000GP.

Club GP Paddock: espaço com visão privilegiada para acompanhar a competição de perto, sem coquetel e sem bebidas. Inclui o boné oficial do

MOTO1000GP.

Paddock Promo: espaço com visão privilegiada para acompanhar a competição de perto, sem coquetel e sem bebidas. Não inclui o boné oficial do MOTO1000GP.

Ingresso Arquibancada: opção mais acessível para curtir as corridas nas arquibancadas do autódromo. Não inclui o boné oficial do MOTO1000GP.

O evento oferece estaciona-

mento gratuito (sem seguro) para carros e motos em todas as categorias de ingresso. As modalidades Club GP Vip e Club GP Paddock têm Combos Famílias, com descontos especiais. Para mais informações e aquisição de ingressos, acesse www.m1gp.com.br.

O MOTO1000GP, que é o Campeonato Brasileiro de Motovelocidade, segue todos os protocolos de segurança exigidos pela Confederação Brasileira de Motociclismo (CBM) e pela Federação Internacional de Motociclismo (FIM). O campeonato conta com o patrocínio da Yamaha, Triumph, Motul, Pirelli, BMW Motorrad, Suhai Seguradora e Ducati, e o apoio da Revista Duas Rodas e da plataforma Motorsport.com. As corridas são transmitidas no canal do YouTube do MOTO1000GP, no BandSports em rede nacional e em sete países pelo canal New Brasil, também do Grupo Bandeirantes de Comunicação, além do Canal RACER Brasil.

Atletismo Brasil convoca 53 atletas para a disputa dos Jogos Pan-Americanos Júnior

A seleção do Atletismo Brasil que vai disputar os II Jogos Pan-Americanos Júnior Assunção 2025 (sub-23) foi convocada nesta segunda-feira (2/6). Serão 53 integrantes do atletismo (24 mulheres e 29 homens) na delegação do Time Brasil, do Comitê Olímpico do Brasil (COB), que vai a Assunção, no Paraguai, para competir no evento multi-esportivo, com 41 países filiados a Orga-

nização Desportiva Pan-Americana (ODEPA), de 9 a 23 de agosto (28 esportes e 42 disciplinas).

Os Jogos Pan-Americanos valem vagas antecipadas para os Jogos Pan-Americanos de Lima (PER) 2027.

Em live transmitida pela TV Atletismo Brasil, o presidente da Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt), Wlamir Motta Campos, anunciou os critérios de convocação, estabelecidos pela ODEPA e COB, e seguidos pela CBAt e

os nomes dos integrantes da delegação do Time Brasil na modalidade. A convocação foi baseada no ranking Pan-Americano da World Athletics, considerando resultados entre 1º de janeiro de 2024 e 27 de abril de 2025.

"Uma competição muito legal, uma convocação muito especial, primeira convocação do ano do Time Brasil, do COB. É um evento da Organização Desportiva Pan-Americana (ODEPA), com 41 paí-

ses representados nesses Jogos. Uma competição sub-23 e estamos indo com uma delegação extremamente forte. Ficou feliz por contribuímos com o COB com uma equipe forte", ressaltou Wlamir.

Destacou o fato de a competição ser qualificatória para o Pan de Lima 2027 e também de preparação para os Jogos Olímpicos de Los Angeles 2028. "Sejam muito bem-vindos a seleção do Atletismo Brasil e do Time Brasil. Temos os olhos voltados para

Los Angeles 2028. Cumprimento atletas, treinadores, integrantes de equipes multidisciplinares, patrocinadores. Tenho nas minhas memórias todas as minhas convocações. É um prazer, um privilégio como presidente do Atletismo Brasil fazer essa convocação e compartilhar da alegria de vocês", acrescentou.

As Loterias Caixa são o patrocinadora máster do atletismo brasileiro.

Encontro em São Paulo discute cidades inteligentes e sustentáveis

Começou na terça-feira (3), no Expo Center Norte, em São Paulo, a 12ª edição do Smart City Business Brazil, um dos principais encontros da América Latina dedicados ao futuro das cidades. O evento de dois dias reúne gestores públicos, líderes empresariais e especialistas em inovação urbana.

São esperadas cerca de 5 mil pessoas para o encontro, além de 120 palestrantes e 300 debatedores nas reuniões estratégicas. O credenciamento online é aberto ao público e gratuito.

O Smart City Business é um espaço de conexão entre lideranças para criar soluções que colocam pessoas e o planeta no cen-

tro do desenvolvimento sustentável, impulsionando inovação e transformação urbana.

“Ao todo, serão realizadas 24 reuniões estratégicas, 16 painéis temáticos, quatro plenárias, além de rodadas de negócios. Discussões sobre como as empresas públicas de TI devem se preparar para a inteligência artificial e a governança de dados, e como atrair novos investimentos para os municípios impactando positivamente o desenvolvimento econômico local serão apresentados nas reuniões estratégicas”, informou a organização.

Um dos principais painéis da programação que trata da inclusão por meio do esporte terá a

participação de Daniel Dias, o maior medalhista brasileiro e o maior nadador paralímpico do mundo.

Dias vai apresentar o painel O Maior Programa de Inclusão Urbana do Mundo Através do Esporte.

Fome

Outro tema será a fome e o papel do Brasil e da África como

protagonistas em uma solução estratégica de impacto global.

Para discutir como essa aliança pode se tornar uma das principais ferramentas no combate à fome global haverá o painel O Brasil e a África como uma Poderosa Solução no Combate à Fome Global, com representantes de governos, instituições internacionais e do setor privado.

Ainda como destaque na programação está o Curso de Gestão Estratégica de Riscos e Desastres para Cidades Resilientes, uma iniciativa inédita que visa capacitar gestores municipais e estaduais para lidar com eventos climáticos extremos, falhas sistêmicas e vulnerabilidades urbanas, com foco na prevenção, resposta e reconstrução.

A programação também vai propor atividades práticas, experiências imersivas e palestras sobre saúde urbana, alimentação, ergonomia e bem-estar no ambiente de trabalho, temas que ganham cada vez mais destaque entre gestores públicos e empresas comprometidas com a melhoria da qualidade de vida nas cidades. (Agência Brasil)

Justiça nega apelação da 99 e mantém proibição de transporte remunerado de passageiros por moto

A Justiça de São Paulo manteve a proibição da utilização de motocicletas para transporte individual remunerado de passageiros por aplicativos no Município de São Paulo. A decisão, da 7ª Câmara de Direito Público do TJ-SP, dada na segunda-feira (2), é uma resposta a um mandado de segurança impetrado pela empresa 99 que questionava a constitucionalidade do Decreto Municipal 62.144/2023, que proíbe o serviço na cidade.

Por 3 votos a 0, os desembargadores afastaram a decisão de primeira instância, que declarava a inconstitucionalidade do decreto para a 99. Dessa forma, a Justiça

de São Paulo reconhece que o Decreto Municipal 62.144/2023 está em vigor e que, por este motivo, a empresa não pode disponibilizar o serviço de transporte de passageiros por motocicletas.

Na semana passada, o desembargador Eduardo Gouvêa, da 7ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, havia determinado que as empresas 99 Tecnologia Ltda e Uber parassem imediatamente a prestação dos serviços de transporte remunerado de passageiros por motocicletas na cidade de São Paulo, sob pena de multa diária no valor de R\$ 30 mil em caso de desobediência.

Ao julgar a apelação da 99 na semana passada para manter a operação do serviço, o juiz lembrou que as empresas já estavam agindo em desacordo com a determinação do dia 16. “Houve sim a concessão de EFEITO ATIVO ao pedido postulado pela Municipalidade, de modo que a 99 Tecnologia Ltda e Uber do Brasil Tecnologia Ltda deverão se abster, por ora, da prestação dos serviços de transporte remunerado de passageiros por motocicletas na cidade de São Paulo, sob pena de aplicação de multa diária no valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais), em caso de desobediência.”

O debate sobre a regulamen-

tação do serviço, conforme sugestão da Justiça, está sendo realizado na Câmara Municipal, onde já há proposta em discussão. Reiteradamente, a Prefeitura tem destacado os riscos do serviço de mototáxi por aplicativo, com registro aumento no número de mortes de motociclistas de 403 em 2023 para 483 em 2024. Somente em 2024, a cidade gastou cerca de R\$ 35 milhões na linha de cuidado ao trauma com pacientes vítimas de acidentes de moto e foram 4.084 internações hospitalares na rede municipal de saúde em decorrência de motociclistas em acidentes de trânsito. Até março de 2025, foram registradas 1.026 internações. (Prefeitura de SP)

Festas juninas atraem 520 mil turistas ao Estado de São Paulo

As festas juninas impulsionam o turismo em todo o Estado, como revelam dados do Centro de Inteligência da Economia do Turismo (CIET), ligado à Secretaria de Turismo e Viagens de SP (Setur-SP). São aguardados 520 mil turistas entre os meses de junho e agosto, número superior ao do ano passado, com movimentação econômica direta de R\$ 389 milhões, segundo estimativas do CIET, que considerou apenas as viagens com pernoite.

A maior parte dos municípios (97%) afirmou que as comemorações resgatam e preservam a cultura local. “As festas juninas manifestam a nossa identidade, fortalecem laços comunitários, estimulam o turismo interno e as viagens”, afirma Roberto de Lucena, secretário de Turismo e Viagens do Estado de São Paulo (Setur-SP). De acordo



Arraiás aquecem o turismo de compras, movimentam os restaurantes, o setor hoteleiro e o transporte rodoviário.

com o CIET, 88% dos municípios devem receber visitantes de outras cidades e a ocupação hoteleira média está em 64% no período.

Os arraiais aquecem o turismo de compras, movimentam os restaurantes, o setor hoteleiro e o transporte rodoviário, gerando

um ambiente de expectativas positivas para o período que inclui as férias. De origem pagã, as festas juninas hoje estão associadas a santos católicos, como Santo Antônio, São João e São Pedro. Muitas acontecem em espaços de igrejas, com as tradicionais quermesses, outras são realizadas pelas prefeituras municipais em espaços públicos.

A tradicional Quermesse do Padroeiro, em Mirandópolis, noroeste do Estado, acontece durante todo o mês de junho e comemora o aniversário de fundação da cidade com barracas de comidas, bebidas, jogos e brincadeiras. No coração do Estado, a 141ª Festa de São João Batista agita Laranjal Paulista, com celebrações de fê, shows, iguarias juninas e apresentações culturais até o dia 24 de junho. (Governo de SP)

SP avança em projetos estratégicos para nacionalização de medicamentos para doenças raras

A Fundação para o Remédio Popular “Chopin Tavares de Lima” (FURP), laboratório farmacêutico oficial do Governo do Estado de São Paulo e unidade da Secretaria de Estado da Saúde (SES), foi aprovada pelo Ministério da Saúde (MS) em dois novos projetos de Parceria para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) com foco na produção nacional de medicamentos utilizados no tratamento de doenças raras.

A iniciativa contempla a transferência de tecnologia para a fabricação de dois medicamentos de alto custo, atualmente importados: o Tafamidis meglumina (20 mg, cápsulas moles), utilizado no

tratamento da cardiomiopatia amiloide por transtirretina (CM-TTR), condição progressiva que afeta predominantemente o coração de pessoas idosas; e o Ivacaftor (150 mg, comprimido revestido), indicado para o tratamento da fibrose cística, doença genética rara que compromete os pulmões e o sistema digestivo.

Com os novos projetos, a FURP dará um salto tecnológico ao incorporar duas plataformas inovadoras: a produção de cápsulas moles e o processo de extrusão para sólidos orais. Essa modernização amplia a capacidade produtiva da fundação e contribui para a autonomia do parque industrial farmacêutico nacional.

“Esses avanços reforçam o papel estratégico da FURP e do Estado de São Paulo no fortalecimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde, com impactos diretos na redução da dependência externa, na economia para os cofres públicos e, principalmente, no acesso da população a tratamentos essenciais”, afirma Priscilla Perdicaris, secretária Executiva da SES.

Atualmente, tanto o Tafamidis quanto o Ivacaftor são disponibilizados no país por meio do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), coordenado pelo Ministério da Saúde em parceria com as secretarias estaduais. Em São

Paulo, a SES realiza a dispensação desses medicamentos a pacientes que atendem aos critérios definidos nos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT).

As Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) são uma estratégia do Ministério da Saúde, por meio do Departamento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (DECEIS), que visa ampliar o acesso a medicamentos e produtos para a saúde considerados estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS), ao mesmo tempo em que fortalece o Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS) no Brasil. (Governo de SP)

Governo de SP sanciona salário-mínimo paulista de R\$ 1.804, com aumento de 10% e ganho real acima da inflação

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, sancionou a lei que eleva o salário mínimo paulista para R\$ 1.804,00. A medida foi publicada no Diário Oficial do Estado nesta terça-feira (3). O novo valor representa um aumento de 10% em relação ao piso atual, de R\$ 1.640, estabelecido no ano passado, e é 18,84% superior ao mínimo nacional, fixado atualmente em R\$ 1.518. Desde 2022, o crescimento do

piso estadual foi de 40,5%.

“Estamos falando de um ganho real da ordem de 27% desde a nossa chegada. Conseguimos chegar a um equilíbrio para oferecer o salário-mínimo de R\$ 1.804. É um recurso que chega em boa hora, no momento em que as pessoas estão pressionadas pelo preço dos alimentos. É uma injeção de recursos na nossa economia, que será extremamente relevante, aliada a

outras ações que estamos tomando”, afirmou Tarcísio de Freitas no projeto de lei à Alesp.

Esta é a terceira vez consecutiva que o reajuste para o piso paulista supera a inflação acumulada no período. A proposta é superior à inflação acumulada no último ano (4,77%), segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), e representa um ganho real aos trabalhado-

res. Desde 2022, último ano antes da atual gestão, o crescimento do salário-mínimo estadual soma 40,5%, ante uma inflação de 15,10% nos últimos três anos, de acordo com o INPC.

Com isso, o mínimo paulista continua superior ao piso nacional, atualmente definido em R\$ 1.518.

O projeto foi aprovado pelos deputados em duas sessões extraordinárias realizadas no dia 13 de maio. (Governo de SP)

CESAR NETO



www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Mário Américo [vereador de 1977 até 1980 e massagista da seleção brasileira de 1950 até 1974] possivelmente estaria dizendo que o técnico italiano Ancelotti não seria sequer auxiliar dos treinadores brasileiros [5 vezes campeões do mundo]

PREFEITURA (São Paulo)

Ricardo Nunes (MDB) tá rezando mais que nunca pra que seu Palmeiras finalmente ganhe o 1º mundial de clube fora do Brasil [aqui ganhou a Copa Rio 1951 - considerado mundial na época]. Se for, o católico e prefeito vai pagar todas as promessas

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Marta Costa [deputada cristã em mais um mandato pela Assembleia de Deus / Ministério Belém] tá orando por todas as mulheres que foram ameaçadas [via Email], por ocuparem espaços políticos no mais importante parlamento estadual brasileiro

GOVERNO (São Paulo)

Tarcísio Freitas (Republicanos) vai seguir negociando [inclusive com o profissional Gilberto Kassab - fundador e dono do PSD] sobre quem será seu [ou sua] candidato(a) a vice por reeleição 2026 e ainda apoiar ao menos 2 candidaturas ao Senado (SP)

CONGRESSO (Brasil)

Hugo Motta (Republicanos) e Alcolumbre (União), presidentes da Câmara Deputados(as) e Senado, comeram e beberam do cardápio do Lulismo (dono do PT). O problema agora é engolir ou vomitar a sobremaneira indigesta do ministro (Fazenda) Haddad

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Lula da Silva falou como candidato pela reeleição 2026 e embarcou pra França do presidente Macron. Deve sentir na pele o que é negociar com quem tem interesses diversos [na União Europeia, na Amazônia com a Cop30 em Belém e no Mercosul]

PARTIDOS (Brasil)

Valdemar Costa Neto, dono do PL, não tem quase nada que possa fazer pelo deputado federal (SP) Eduardo Bolsonaro [licenciado e morando nos EUA] e agora pela deputada federal (SP) Carla Zambelli [na Itália pra não cumprir pena de prisão no Brasil]

JUSTIÇAS (Brasil)

Alexandre Moraes (Supremo) segue cada vez mais preocupado com o futuro do seu Corinthians. Ontem, a sede [sem os eleitos presidentes do clube e do Conselho Deliberativo] foi invadida por ‘torcidas’ organizadas. Neste tipo de jogo, todos vão perder

ANO 33

O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa [brasileira] desde 1993, nossa coluna diária de política recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara (São Paulo) e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia (SP) ... por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - “Amados, amemos e busquemos o melhor uns para os outros, pois o amor procede de Deus; e todo aquele que ama é nascido de Deus e conhece a Deus” 1 João 4:7

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Assinatura on-line Mensal: R\$ 20,00 Agência Brasil - EBC

Matriz: Rua Carlos Comenale, 263 3º andar CEP: 01332-030

Publicidade Legal Atas, Balanços e Convocações Fone: 3258-1822

Filial: Curitiba / PR

Periodicidade: Diária Exemplar do dia: R\$ 3,50 Impressão: Gráfica Pana

Jornalista Responsável Angelo Augusto D.A. Oliveira Mtb. 69016/SP

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião E-mail: contato@jornalodiasp.com.br Site: www.jornalodiasp.com.br

Produção industrial tem alta de 0,1% de março para abril

A produção industrial brasileira registrou crescimento de 0,1% na passagem de março para abril deste ano. É o que revela a Pesquisa Industrial Mensal (PIM), divulgada na terça-feira (3) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Rio de Janeiro. Essa é a quarta alta consecutiva do indicador, que acumula crescimento de 1,5% desde janeiro deste ano.

“Isso elimina a queda assinada nos três últimos meses de 2024, os resultados negativos de dezembro, novembro e out-

tubro que totalizaram naquela ocasião uma perda de 1%”, disse o pesquisador do IBGE André Macedo.

Ele destacou, no entanto, que a alta de 1,5% acumulada em quatro meses foi puxada principalmente pelo aumento de 1,2% em março, porque nos demais meses a produção industrial teve resultados positivos muito próximos da estabilidade: 0,2% em janeiro, 0,1% em fevereiro e 0,1% em abril.

O indicador apresenta altas também no trimestre (0,5%), no

acumulado do ano (1,4%) e no acumulado de 12 meses (2,4%). Na comparação com abril de 2024, no entanto, houve uma queda de 0,3%.

Segundo Macedo, o crescimento próximo da estabilidade apresentado pela indústria na passagem de março para abril (0,1%) pode ser explicado por fatores como um cenário de incerteza econômica e a alta taxa de juros básica (Selic).

“Por trás desse comportamento de menor intensidade da produção industrial há fatores

que a gente já vem elencando há algum tempo. A taxa de juros em patamares mais elevados traz adiamento nas decisões de consumo das famílias e adiamento nas decisões de investimentos por parte das empresas. E tem o ambiente de incerteza não só no mercado doméstico, mas também no ambiente internacional”, afirmou o pesquisador.

Setores

Três das quatro grandes categorias econômicas da indústria apresentaram alta de março para

abril: bens de capital, isto é, as máquinas e equipamentos usados no setor produtivo (1,4%), bens intermediários, insumos industrializados usados no setor produtivo (0,7%) e bens de consumo duráveis (0,4%). Apenas os bens de consumo semi e não duráveis tiveram queda (-1,9%).

Entre as 25 atividades da indústria, 13 tiveram alta, com destaque para indústrias extrativas (1%), bebidas (3,6%), veículos automotores, reboques e carrocerias (1%) e impressão e repro-

dução de gravações (11%). O item produtos químicos apresentou estabilidade.

Entre os 11 ramos da indústria em queda, os maiores recuos foram observados em produção, coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-2,5%), produtos farmacêuticos e farmacêuticos (-8,5%), celulose, papel e produtos de papel (-3,1%), máquinas e equipamentos (-1,4%), móveis (-3,7%), produtos diversos (-3,8%) e máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-1,9%). (Agência Brasil)

Propostas ao IOF serão encaminhadas ao Congresso na próxima semana

As propostas para compensar o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) serão encaminhadas ao Congresso na próxima semana, disse na terça-feira (3) o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Acompanhado do vice-presidente, Geraldo Alckmin, do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e do presidente da Câmara, Hugo Motta, Haddad deu entrevista após almoço no Palácio da Alvorada.

Segundo Haddad, o desenho final das propostas será apresentado aos líderes partidários no próximo domingo (8), em reunião na residência oficial do presidente da Câmara, antes de ser divulga-

do para a imprensa. Mais cedo, o ministro tinha dito que o pacote para compensar a alta do IOF incluirá uma proposta de emenda à Constituição (PEC), um projeto de lei e “provavelmente” uma medida provisória.

Após o almoço, que reuniu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o vice-presidente Alckmin, ministros, parlamentares governistas e os presidentes da Câmara e do Senado, o ministro disse haver um alinhamento entre o governo e os parlamentares da base aliada sobre as ações para compensar a elevação do IOF.

“Houve um alinhamento muito grande em relação aos parâmetros dessas medidas. Há um

compromisso de não anunciar antes de qualquer reunião dos líderes. Nem parcialmente, em respeito ao Congresso, que é quem vai dar a última palavra”, disse Haddad.

O ministro explicou que as medidas serão concluídas até o início da próxima semana pelos técnicos da equipe econômica.

“Faremos até o começo da semana que vem, no mais tardar, uma convocação para que a equipe técnica dos ministérios da área econômica venha a Brasília para apresentar a formulação mais concreta e o impacto fiscal das medidas. A partir da semana que vem vamos encaminhar para obter êxi-

to na maioria da casa para a aprovação”, acrescentou.

Revisão do decreto

Segundo o ministro, parte do decreto que elevou as alíquotas de IOF pode ser revista. Isso porque, somente após o desenho final das medidas, o governo saberá o quanto arrecadará para poder compensar a alta do IOF anunciada há duas semanas, sem descumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal e o arcabouço fiscal.

“Preciso de pelo menos parte das medidas para rever o decreto. Tenho a Lei de Responsabilidade Fiscal, o arcabouço [fiscal], uma série de constrangimentos

legais que me impõem uma obrigação que tenho que cumprir. No que diz respeito ao ano que vem, temos liberdade. No que diz respeito a esse ano, preciso aguardar uma reunião com os líderes para uma definição definitiva”, justificou.

Motta e Alcolumbre

Sem dar detalhes sobre as medidas em discussão, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, disse que há sintonia entre o Executivo e o Legislativo sobre o assunto.

“O que mais me animou foi o sentimento da reunião, todos preocupados com o país”, afirmou ele, que reiterou que o governo e

o Congresso estão discutindo medidas “abrangentes e estruturantes”, que pretendem resolver os problemas das contas públicas em 2025 e nos anos seguintes.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, declarou que o governo conseguiu estabelecer um canal de diálogo com o Congresso e se disse entusiasmado com o pacote.

“A quem interessa ficarmos no conflito? A quem interessa uma disputa entre Legislativo e Executivo?”, questionou. “Estou entusiasmado. Vou socializar esse conjunto de sugestões que o Executivo está fazendo”, acrescentou. (Agência Brasil)

Produção de óleo e gás do pré-sal bate recorde em abril

A produção nacional de petróleo e gás natural atingiu, em abril deste ano, um volume recorde de 3,734 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/d) de petróleo e gás natural.

Segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o volume é 0,5% maior que o registrado em março e 18,3% superior ao obser-

vado em abril de 2024.

Considerando-se apenas o petróleo, a produção diária chegou a 2,895 milhões de barris em abril deste ano, ou seja, 0,4% acima de março deste ano e 16,4% a mais que em abril de 2024. Já a produção de gás natural chegou a 133,33 milhões de metros cúbicos por dia (m³/d), superior em 0,8% ao mês

anterior e em 25,6% ao mesmo período do ano passado.

A produção total de petróleo e gás do Brasil, considerando-se campos do pré-sal, pós-sal e em terra, chegou a 4,689 milhões de barris de óleo equivalente por dia. Ou seja, a produção do pré-sal representou 79,6% do total da produção nacional destes hidrocarbonetos.

A produção total de petróleo chegou 3,632 milhões de barris por dia, um aumento de 0,3% na comparação com o mês anterior (março) e de 13,7% em relação ao mesmo mês de 2024. A média diária de gás natural em todos os campos do país chegou a 168,01 milhões de m³/d, altas de 1,5% ante março e de 22,9% em relação a abril de 2024.

O aproveitamento de gás natural foi de 97,1%. Do total extraído do subsolo, 4,98 milhões de m³/d foram queimados sem ser aproveitados, 13,6% a menos que em março deste ano. Na comparação com abril do ano passado, no entanto, houve aumento de 25,5%.

Em abril deste ano, os campos operados pela Petrobras -

sozinha ou em consórcio com outras empresas - foram responsáveis por 89,76% do total produzido. O campo de Tupi, no pré-sal da Bacia de Santos, foi o maior produtor do país, com média diária de 783,91 mil barris de petróleo (21,6% do total) e 39,81 milhões de m³/d de gás natural (23,2% do total). (Agência Brasil)

PGR pede ao Supremo prisão de Carla Zambelli

A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu na terça-feira (3) ao Supremo Tribunal Federal (STF) a prisão da deputada federal Carla Zambelli (PL-SP).

A solicitação foi enviada ao ministro Alexandre de Moraes após a parlamentar informar na manhã da terça-feira (3) que deixou o Brasil. Em entrevista a um canal no YouTube, Zambelli disse que saiu do país para fazer um tratamento de saúde e que vai pedir licença do mandato. Ela disse que deve permanecer na Europa, mas não informou o local exato.

No STF, Carla Zambelli foi condenada a dez anos de prisão pela invasão ao sistema eletrônico do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ocorrido em 2023. A deputada também terá que pagar R\$ 2 milhões em danos coletivos. O processo está em fase de recurso.

De acordo com as investigações, Zambelli foi a autora intelectual da invasão para emissão de um mandato falso de prisão contra o ministro Alexandre de Moraes. Segundo as investigações, o hackeamento foi executado por Walter Delgatti, que também foi condenado e confir-

mou ter realizado o trabalho a mando da parlamentar.

Eleições

Carla Zambelli responde a outro processo criminal no STF. Em agosto de 2023, Zambelli virou ré no Supremo pelo episódio em que ela sacou uma arma de fogo e perseguiu o jornalista Luan Araújo às vésperas do segundo turno das eleições de 2022.

A perseguição começou após Zambelli e Luan trocarem provocações durante um ato político no bairro dos Jardins, em São Paulo.

Até o momento, o Supremo registrou placar de 6 votos a 0 para condenar a parlamentar a cinco anos e três meses de prisão em regime semiaberto. No entanto, um pedido de vista do ministro Nunes Marques adiou a conclusão do julgamento.

Líder do PT na Câmara

O deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ) protocolou uma representação na PGR. O líder do PT na Câmara dos Deputados quer que o principal órgão de cúpula do Ministério Público Federal (MPF) adote as providências necessárias para

que o Poder Judiciário determine a prisão da deputada federal Carla Zambelli.

“Protocolo representação à PGR com pedido de decretação de prisão preventiva da deputada federal”, informou Farias, em suas redes sociais. Na mesma publicação, o petista afirma ter requisitado que, além de pedir ao STF a prisão preventiva de Zambelli, a PGR solicite a inclusão do nome da parlamentar no alerta global da Interpol.

Farias também pediu que a PGR inicie os procedimentos de extradição de Zambelli; o bloqueio de valores pertencentes à

deputada e que oficie o Ministério das Relações Exteriores para que revogue o passaporte diplomático dela.

Defesa

Após Zambelli informar que saiu do Brasil, o advogado Daniel Bialski deixou a defesa da deputada.

“Eu fui apenas comunicado pela deputada que estaria fora do Brasil para dar continuidade a um tratamento de saúde. Todavia, por motivo de foro íntimo, estou deixando a defesa da deputada”, disse o advogado. (Agência Brasil)

Lula confirma discussão de alternativas para a alta do IOF

Para dar tranquilidade à sociedade brasileira. Não acho que tenha sido um erro. Acho que foi o momento político. Em nenhum momento, o companheiro Haddad teve qualquer problema em rediscutir o assunto”, acrescentou.

O presidente Lula confirmou o que foi dito mais cedo por Haddad, que uma nova proposta do governo federal com alternativas para o cumprimento das metas fiscais para os próximos anos será apresentada, antes de seu embarque para a França.

“Só para vocês saberem, não é segredo para ninguém, às 13h vai ter um almoço na minha casa, com todas as pessoas que estão participando dessa discussão, para a gente saber se o acordo está feito ou não. Para anunciar o que vai fazer a compensação que o Brasil precisa ter para colocar as nossas con-

tas fiscais em ordem”.

Diálogo

O presidente ressaltou que a proposta está sendo discutida com os presidentes do Senado [Davi Alcolumbre] e da Câmara dos Deputados [Hugo Motta], além de líderes do governo em ambas as Casas.

“A apresentação do IOF foi o que eles tinham pensado naquele instante. Se aparece alguém com uma ideia melhor, e ele topa discutir, vamos discutir. É isso que a gente tem que fazer. Essa discussão que eu acho que a gente tem que fazer com as lideranças é porque nós precisamos dar um voto e um crédito aos nossos líderes”, disse.

“Ninguém pode ser líder do governo e o governo mandar alguma coisa para lá sem conversar com eles. Essa é uma prática política que nós temos que

aprender a fazer. Toda vez que a gente toma uma atitude sem conversar com as pessoas que vão ter que nos defender e defender a proposta, a gente pode cometer erros. Muitas vezes, gente nossa tem uma proposta de mudança”.

O presidente lembrou que “o esforço que a Fazenda está fazendo é apenas para dar tranquilidade ao povo brasileiro, que a economia não tem mágica”.

“A gente não inventa as coisas. E quem pensa que tem mágica quebra a cara”, afirmou.

Entenda

O Congresso Nacional deu um prazo de 10 dias para o governo federal apresentar uma alternativa ao aumento das alíquotas do IOF. E as lideranças parlamentares alertaram sobre a possibilidade de derrubar a me-

didada por meio de projetos de decreto legislativo.

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, cobrou medidas de cortes de gastos consideradas mais estruturantes, e disse que o Parlamento está disposto a aprovar medidas antipáticas de corte de despesas para alcançar a meta de gastos definida pelo arcabouço fiscal. Entre as ações levantadas no Congresso, estão mudanças nos pisos da saúde e educação e desvinculação de benefícios previdenciários do salário-mínimo.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, conversou com os presidentes das duas Casas no fim de semana para buscar a uma solução estrutural visando o cumprimento das metas fiscais tanto de 2025 como dos anos seguintes.

Além de congelar R\$ 31,3 bi-

lhões do Orçamento deste ano, a equipe econômica padronizou as alíquotas do IOF e incluiu novos setores no tributo para reforçar o caixa do governo.

Segundo o Ministério da Fazenda, as medidas visam reforçar o caixa em R\$ 20,5 bilhões este ano e em R\$ 41 bilhões em 2026 com impactos apenas nas empresas e nos contribuintes mais ricos, evitando uma limitação do funcionamento da máquina pública.

Entidades de bancos e da indústria, entretanto, defendem que a tributação traria prejuízos para a economia, como a inibição dos investimentos, o desestímulo ao crescimento e a elevação de custos.

Após as críticas, horas após a publicação do decreto, em 22 de maio, o governo revogou parte dos aumentos. (Agência Brasil)



Soluções para a vida

SOLVÍ PARTICIPAÇÕES S.A.

C.N.P.J. nº 02.886.838/0001-50

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO 2024

BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
ATIVO CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	28	4	522.109	222.327
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	318
Contas a receber de clientes	63	1.467	594.843	608.960
Ativos financeiros de concessão	-	-	-	7.898
Estoques	-	-	91.942	61.478
Dividendos a receber	519	16.285	4.301	3.646
Impostos a recuperar	2.807	2.676	124.908	92.605
Outras contas a receber	103	4	35.935	25.274
Adiantamento a fornecedores	-	1	20.875	7.402
Ativos mantidos para venda	-	-	16.145	1.470
Total do ativo circulante	3.520	20.437	1.410.958	1.031.288
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo:				
Títulos e valores mobiliários	-	-	31.265	9.471
Impostos a recuperar	-	-	46.955	51.030
Contas a receber de clientes	-	-	216.101	131.962
Mútuos a receber de partes relacionadas	33.737	25.975	17.877	14.886
Ativo financeiro de concessão	-	-	3.439	-
Dividendos a receber	15.800	15.800	839	839
Ativo fiscal diferido	-	-	180.578	181.962
Outras contas a receber	-	-	62.620	20.994
Depósitos judiciais	11.058	14.782	76.577	64.087
60.595	56.557	636.251	475.231	
Investimentos	1.185.873	1.009.853	246.180	214.678
Imobilizado	-	-	2.454.757	1.136.644
Direito de uso - Arrendamento	-	-	59.923	81.102
Intangível	-	-	2.660.832	926.409
1.185.873	1.009.853	5.431.692	2.360.832	
Total do ativo não circulante	1.246.468	1.066.410	6.067.943	2.836.063

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
PASSIVO CIRCULANTE				
Fornecedores	280	281	278.141	238.864
Emprestimos e financiamentos	-	-	70.412	136.619
Debitantes e notas comerciais	-	-	354.659	311.322
Passivo de arrendamento	-	-	12.212	20.330
Salários, benefícios e encargos sociais	-	37	128.990	114.043
Impostos, taxas e contribuições	261	101	164.038	75.565
Dividendos a pagar	-	-	25.174	47.225
Adiantamentos de clientes	-	-	14.082	8.665
Outras contas a pagar	-	-	101.645	14.162
Ônus de outorga	-	-	39.388	-
Contas a pagar por aquisição de investimento	-	-	188.033	-
Total do passivo circulante	541	419	1.356.774	786.795
NÃO CIRCULANTE				
Fornecedores	-	-	2.005	7.128
Mútuos a pagar a partes relacionadas	33.785	25.194	-	-
Dividendos a pagar	-	-	42.750	10.079
Emprestimos e financiamentos	-	-	524.657	207.077
Debitantes e notas comerciais	-	-	1.420.979	1.129.505
Passivo de arrendamento	-	-	63.850	70.059
Impostos, taxas e contribuições	-	-	2.660	1.119
Passivo fiscal diferido	-	-	365.077	98.495
Provisão para perda em investimentos	-	-	216	163
Provisões	16.644	17.955	276.827	313.628
Adiantamento de Clientes	-	-	44.737	1.071
Outras contas a pagar	-	-	12.027	333
Ônus de outorga	-	-	1.316.865	-
50.429	43.149	4.072.650	1.901.657	
Total do passivo não circulante	50.429	43.149	4.072.650	1.901.657
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	440.450	440.450	440.450	440.450
Reserva de capital	655.190	563.166	655.190	563.166
Reservas de lucros	42.796	(1.947)	42.796	(1.947)
Ajustes de avaliação patrimonial	60.582	41.610	60.582	41.610
Total do patrimônio líquido dos controladores	1.199.018	1.043.279	1.199.018	1.043.279
Participação dos não controladores	-	-	850.459	135.620
Total do patrimônio líquido	1.199.018	1.043.279	2.049.477	1.178.899
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.249.988	1.086.847	7.478.901	3.867.351

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
Receita operacional bruta	-	-	3.149.074	2.585.432
Impostos incidentais sobre serviços prestados	-	-	(465.880)	(361.277)
Receita operacional líquida	-	-	2.683.194	2.224.155
Custo dos serviços prestados	-	-	(1.804.835)	(1.708.087)
Lucro bruto	-	-	878.359	516.068
Receitas e despesas operacionais				
Despesas comerciais	-	(43)	(15.338)	(20.456)
Despesas administrativas	(1.872)	(1.766)	(262.749)	(195.165)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1.779)	(7.166)	70.947	4.340
Resultado de equivalência patrimonial	94.994	(16.545)	13.333	11.149
Receitas e despesas operacionais líquidas	91.343	(25.250)	(193.807)	(200.132)
Lucro (prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras	91.343	(25.250)	684.552	315.936
Receitas (despesas) financeiras				
Receitas financeiras	6.999	6.348	98.812	75.921
Despesas financeiras	(9.940)	(4.493)	(390.218)	(306.865)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(2.941)	1.855	(291.406)	(230.944)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	88.402	(23.665)	393.146	84.992
Imposto de renda e contribuição social				
Comente	(6)	-	(184.203)	(97.241)
Diferido	-	-	(6.464)	43.867
Incentivo lucro da exploração	-	-	4.801	2.535
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	88.396	(23.665)	207.280	34.153
Acionista da controladora	-	-	88.396	(23.665)
Participação de não controladores	-	-	118.884	57.818
207.280	34.153			

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTE EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	88.396	(23.665)	207.280	34.153
Ajustes de hiperinflação de investimentos na Argentina/CTI	22.978	24.840	23.478	24.840
Ajustes de avaliação patrimonial	34.008	(41.438)	37.688	(41.956)
Outros resultados abrangentes	-	(694)	-	(694)
Total do resultado abrangente da Companhia	145.382	(40.957)	268.446	16.304
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	-	-	145.382	(40.957)
Acionistas não controladores	-	-	123.064	57.261
Resultado abrangente total	268.446	16.304		

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
Receita operacional bruta	-	-	3.149.074	2.585.432
Impostos incidentais sobre serviços prestados	-	-	(465.880)	(361.277)
Receita operacional líquida	-	-	2.683.194	2.224.155
Custo dos serviços prestados	-	-	(1.804.835)	(1.708.087)
Lucro bruto	-	-	878.359	516.068
Receitas e despesas operacionais				
Despesas comerciais	-	(43)	(15.338)	(20.456)
Despesas administrativas	(1.872)	(1.766)	(262.749)	(195.165)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1.779)	(7.166)	70.947	4.340
Resultado de equivalência patrimonial	94.994	(16.545)	13.333	11.149
Receitas e despesas operacionais líquidas	91.343	(25.250)	(193.807)	(200.132)
Lucro (prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras	91.343	(25.250)	684.552	315.936
Receitas (despesas) financeiras				
Receitas financeiras	6.999	6.348	98.812	75.921
Despesas financeiras	(9.940)	(4.493)	(390.218)	(306.865)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(2.941)	1.855	(291.406)	(230.944)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	88.402	(23.665)	393.146	84.992
Imposto de renda e contribuição social				
Comente	(6)	-	(184.203)	(97.241)
Diferido	-	-	(6.464)	43.867
Incentivo lucro da exploração	-	-	4.801	2.535
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	88.396	(23.665)	207.280	34.153
Acionista da controladora	-	-	88.396	(23.665)
Participação de não controladores	-	-	118.884	57.818
207.280	34.153			

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	440.450	616.211	36.200	79.429
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-
Aumento do capital social - nota explicativa 26	-	-	-	-
Absorção de reservas	-	-	(18.575)	-
Transação com acionistas	-	-	8.759	-
Absorção de reservas	-	-	(43.229)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	79.429
Gainho na renunciação do passivo de benefício definido	-	-	-	-
Ajustes reflexos de hiperinflação em investimentos na Argentina	-	-	(633)	(633)
Ajustes acumulados de conversão	-	-	24.840	24.840
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	440.450	563.166	3.143	(5.090)
Lucro líquido do exercício	-	-	88.396	118.884
Reserva legal	-	-	(4.420)	-
Aumento do capital social	-	-	-	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	35.233	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(35.233)	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	(20.994)	-
Realização de reserva de reavaliação em controladas	-	-	(22.659)	-
Ajustes reflexos de hiperinflação em investimentos na Argentina - nota explicativa 29	-	-	22.978	22.978
Ajustes acumulados de conversão - nota explicativa 29	-	-	34.008	34.008
Transação de venda de ações em controladas - nota explicativa 29	-	-	27.749	27.749
Redução de minoritário em função da venda de participação societária - nota explicativa 1.2.1	-	-	-	-
Gainho na venda de investimento para controlada do grupo - nota explicativa 1.1.1	-	-	64.275	-
Adição de minoritário em função da venda de participação societária	-	-	-	(38.014)
Adição de minoritário em função da Combinação de negócios	-	-	447.167	347.167
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	440.450	655.190	4.420	35.233

O REFERIDO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE ESSAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS FOI EMITIDO EM 30 DE ABRIL DE 2025

EDITAL DE CITAÇÃO- PRAZO DE 2 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 1019181-55.2023.8.26.0000, do Juízo de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Laíza Sociedade Comercial de Imóveis Por Conta Própria e de Terceiros, na pessoa de seu representante legal Adalberto Linscio, Nascia Aparecida de Paula Zúli, Wilson de Melo Botelho e Demerval Zúli, réus absentes, maritais, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges, sob o número de Matrícula nº 13.2022, conforme alterada, sob o rito de registro automático de distribuição, a ser realizada nos termos do Instrumento Particular de Cessão da 15ª Emissão de Debêntures Financeiras Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quotafração, em Série Única, para Distribuição Pública sob o Rito de Registro Automático, da Virgo Companhia Securitizadora, Lastreadas em Notas Comerciais Escriturais Privadas Emitidas pela Titular de Reservas de Lucros e Títulos de São Paulo, S.A., a ser celebrado entre a Securitizadora e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., CNPJ nº 36.113.876/0004-34, na qualidade de agente fiduciário ("Agente Fiduciário", "Escritura de Emissão" e "Operação de Securitização", respectivamente); (ii) a outorga, pela Companhia, no âmbito da Emissão, em garantia do fiel, integral e pontual pagamento e cumprimento de (a) todas as obrigações presentes e futuras, principais e acessórias, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Devedora, pela Avalista por força das Notas Comerciais Escriturais e suas posteriores alterações e ainda as obrigações assumidas pela Devedora, das Avalistas nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Emissão), o que inclui o pagamento de qualquer montante devido em decorrência das Notas Comerciais Escriturais e das Debêntures; e (b) inadimplemento no pagamento ou reembolso de qualquer outro montante devido e não pago, relacionado com as Notas Comerciais Escriturais e/ou com as Garantias ("Obrigações Garantidas"); e (c) cessão fiduciária sobre os Recebíveis de Crédito (conforme abaixo definido) e os Direitos da Conta Vinculada (conforme abaixo definido), a ser firmada nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14.07.1965, conforme alterada, dos artigos 18 a 20 da Lei nº 9.514, de 20.11.1997, conforme alterada, e dos artigos 1.361 a seguintes da Lei nº 10.406, de 10.01.2002, conforme alterada, nos termos do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças "a ser celebrado entre a Companhia e a Securitizadora ("Contrato de Cessão Fiduciária" e "Cessão Fiduciária", respectivamente); e (iii) a autorização para que a diretoria da Companhia ou seus representantes legais pratiquem todos os atos necessários para implementação dos itens (i) e (ii) acima mencionados, incluindo, a contratação dos prestadores de serviço necessários para implementação da Emissão e da Operação de Securitização, a celebração do Termo de Emissão (conforme abaixo definido) e do Contrato de Cessão Fiduciária e eventuais aditamentos, bem como ratificação de todos os atos já praticados. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavatura desta ata, a qual foi posteriormente lida, aprovada e assinada. Os termos desta ata foram aprovados pelos presentes, que a subscrevem. São Paulo, 22/05/2025. Mesa: Virgílio Artur de Castro Cunha Júnior - Presidente, Rafael Felipe Silva Cardoso - Secretário, JUCESP nº 194.029/25-6 em

CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A.

CNPJ: 01.554.285/0001-75

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V.Sas., as **Demonstrações Financeiras** bem como as **Notas Explicativas** relativas ao exercício encerrado em 31/12/2024. São Paulo, 00 de maio de 2025. **A Diretoria**

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)		
	2024	2023
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	19.035	3.945
Aplicações financeiras	54.147	44.575
Contas a receber de clientes	39.804	30.190
Estoques	2.696	1.459
Impostos a recuperar	953	1.104
Despesas antecipadas	2.127	2.254
Outros créditos	638	1.045
Total do ativo circulante	119.400	85.062
Imposto de renda e contribuição social diferidos	33.137	37.930
Outros créditos	-	8
Intangíveis	1.954	4.987
Ativo de direito de uso	15.335	19.855
Intangíveis	16.985	20.502
Total do ativo não circulante	67.411	83.282
Total do ativo	186.811	168.344
Passivo		
Fornecedores	12.891	9.385
Passivos de arrendamento	6.334	7.042
Empréstimos e financiamentos	4.714	2.256
Obrigações trabalhistas	14.449	9.447
Provisões diversas	9.806	24.743
Arrendamentos de clientes	25.400	18.329
Dívidas a pagar	7.271	7.580
Outros débitos	6.550	2.358
Total do passivo circulante	82.525	76.150
Passivos de arrendamento	10.394	14.762
Empréstimos e financiamentos	3.019	7.774
Provisão para demandas judiciais	6.775	7.252
Total do passivo não circulante	20.188	29.758
Patrimônio líquido		
Capital social	63.879	63.879
Reserva legal	1.348	-
Reserva de lucros	18.871	-
Prejuízo acumulado	-	(443)
Total do patrimônio líquido	84.098	63.436
Total do passivo e patrimônio líquido	186.811	168.344

Demonstração do resultado resumida		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)		
	2024	2023
Receita operacional líquida	270.330	234.543
Custo dos produtos vendidos	(119.123)	(95.929)
Lucro bruto	151.207	138.620
Recargas / Despesas Operacionais	(131.741)	(185.183)
Resultado antes do resultado financeiro	19.466	(46.563)
Resultado financeiro líquido	12.275	(3.375)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	31.745	(49.938)
Imposto de renda e contribuição social	(4.793)	16.018
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	26.952	(33.920)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)					
	Reserva de Retenções	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	63.879	7.399	26.078	97.356	
Resultado líquido do exercício	-	-	(33.920)	(33.920)	
Reserva de lucros	(7.399)	(26.078)	33.477	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	63.879	-	-	(443)	63.436
Resultado líquido do exercício	-	-	26.952	26.952	
Constituição de reserva legal	-	1.348	-	(1.348)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(6.290)	(6.290)
Retenção de lucros	-	-	18.871	(18.871)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	63.879	1.348	18.871	-	(84.098)

Demonstração dos fluxos de caixa resumida		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)		
	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais	31.467	10.927
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(15.677)	(16.617)
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(10.730)	5.705
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	15.090	3.983
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.945	3.983
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	19.035	3.945
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	15.090	3.945

1. Informações sobre a Companhia: A Certisign Certificadora Digital S.A. ("Companhia") foi constituída em 14 de julho de 2019, sob a forma societária anônima de capital fechado, com sede e domiciliada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1485, cidade de São Paulo, Brasil. A Companhia tem como principal objetivo promover soluções de gerenciamento de identidade com o uso da certificação digital, podendo também prestar serviços de desenvolvimento e treinamento de sistemas de processamento de dados, licenciamento de programas de computador (*software* personalizado), geração de programas de computador, sob encomenda e a cessão de direitos autorais, além de consultoria na área de informática, registro, comercialização e qualquer outro tipo de intervenção no registro de portais e domínios de *internet*, intermediação de negócios, incluindo representação comercial, hospedagem e guarda de banco dados e servidores, coleta de dados, coleta de dados biométricos, identificação biométrica, prova informáticas de identificação, prestação de serviços de validação de identidade pessoal, portal de assinatura, entre outros. A Companhia está credenciada no Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI, que é uma autarquia federal, que tem por missão manter e executar as políticas da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, sendo esta, a primeira autoridade da cadeia de certificação digital - A-ICD. Esta credenciamento permite que a Companhia opere como autoridade certificadora e autarquia de registro para validar a identidade dos solicitantes e emitir certificados digitais de todos os tipos para as mais diferentes organizações brasileiras, além de disponibilizar produtos para o público em geral.

2. Base de preparação: As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia preparou as demonstrações financeiras partindo do pressuposto de continuidade operacional. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas de créditos receiváveis, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A identificação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, não superior a um ano. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024. A autorização para a conclusão das demonstrações financeiras foi aprovada em reunião de Administração da Companhia realizada em 28 de abril de 2025.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação: A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de apresentação e preparação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e o encerramento dos exercícios são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas contábeis:** Estimativas contábeis são utilizadas para a mensuração e reconhecimento de determinados ativos e passivos nas demonstrações financeiras da Companhia. Estas estimativas foram em consideração a experiência de eventos passados e presentes, premissas relativas a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. **Redução ao valor recuperável dos ativos:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhoraria a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber:** A Companhia estima as perdas de créditos esperadas através de índices calculados com relatórios de pedidos faltados versus os recebíveis. Desta forma, com base nos dias de atraso de cada pedido, calculamos um índice que é aplicado prospectivamente nos recebíveis em aberto na data de balanço. Esse índice é revisado pela Administração ao menos uma vez ao ano, podendo ser revisado em períodos menos frequentes se houver alteração significativa nos padrões de inadimplência futura de inadimplência, conforme divulgado na nota explicativa nº 8. **Impostos:** Existem incertezas quanto à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao montante e à época de lucros tributáveis futuros. Dado o amplo espectro das relações comerciais internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, as diferenças entre os resultados reais e as premissas consideradas, ou mudanças futuras nessas premissas poderiam necessitar ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões com base em estimativas razoáveis, para as possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais da jurisdição a qual está subordinada. O montante dessas provisões é baseado em diversos fatores tais como a experiência de auditorias fiscais anteriores e as diferentes interpretações da legislação fiscal pela Companhia tributada e pela autoridade fiscal competente. Essas diferenças de interpretação podem ocorrer em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes na jurisdição à qual a Companhia está subordinada. Julgamento profissional significativo pela administração é requerido para determinar o valor de imposto diferido ativo que pode ser reconhecido com base no prazo de validade e expectativa de lucros tributáveis futuros, juntamente com o estabelecimento de planejamento fiscal. **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** A Companhia reconhece provisões para causas tributárias, civis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprevisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **Provisões diversas: Provisão para prestação de serviço de validação presencial:** A Companhia reconhece provisão referente aos serviços prestados por Autoridades de Registro homologadas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 17. Os registros referem-se à validação de documentos e entrega de mídias criptográficas para emissão do certificado digital. A Companhia possui contrato de prestação de serviço com as Autoridades de Registro onde estão definidos os critérios e valores para remuneração. **Provisão para prestador de serviço atendimento ao cliente:** A Companhia possui contrato de prestação de serviço de Atendimento ao Cliente (SAC). No contrato são definidos as regras e valores no atendimento. Ao final de cada período os valores são medidos e provisionados para pagamento no período subsequente. **Arrendamentos - estimativa da taxa incremental sobre empréstimos:** A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao do ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a administração determine estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia. **Valor justo de instrumentos financeiros:** Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros requerendo o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os inputs considerados nestes modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que esses inputs não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a esses fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros, conforme divulgado na nota explicativa nº 27.

5. Políticas contábeis materiais: i) Receita de contrato com o cliente: A receita compreende o valor justo da contra prestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços, no curso normal das atividades da Companhia, atendendo as normas do CPC 47. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A receita é mensurada com base na contra prestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. **Receita com emissão de certificados digitais:** A Companhia atua no ramo de prestação de serviços de certificações digitais que envolve um ciclo de negócio desde a validação da identidade dos solicitantes do certificado digital até a emissão do certificado digital. As vendas são realizadas, substancialmente, pelo canal de vendas corporativas - contratos com clientes pessoas jurídicas que adquire volumes de certificados digitais a serem emitidos ao longo do tempo, ou, pelo canal de varejo - vendas por meio eletrônico (*internet*). Os certificados digitais são armazenados em dispositivos (*hardware*) que pode ser um cartão do tipo *smart card*, *token* USB, em um servidor na nuvem ou no próprio computador ou *smartphone*. Assim, os certificados digitais são vendidos individualmente em contratos separados ou agrupados com os *hardwares*. Os *hardwares* possuem especificações rígidas de segurança e precisam ser autorizados pelo Instituto de Tecnologia da Informação (ITI). No caso do agrupamento do serviço de emissão do certificado digital com o *hardware*, o preço e o reconhecimento da receita são alocados independentemente à contra prestação do total do pacote. As faturas para vendas de certificados digitais pelo canal de varejo são emitidas no momento da emissão do certificado e o pagamento se dá por meio de faturas bancárias ou cartão de crédito, à vista ou parcelado). As vendas pelo canal corporativo são faturadas de acordo com as seguintes modalidades: (a) Postecipado: estes faturamentos ocorrem por processos de medição de consumo de serviços ou produtos dentro de um determinado período, geralmente por mês fechado; e (b) Antecipado: o faturamento é realizado de forma integral após a assinatura do contrato ou após a efetiva implantação do produto ou serviço, quando necessário. A Companhia reconhece a receita quando o certificado digital é emitido que é após a validação da identidade dos solicitantes. **Receita com portal de assinaturas e certificações biométricas:** A Companhia presta serviços de certificações biométricas e assinaturas digitais. O serviço de certificação biométrica é baseado em uma plataforma, constituída a partir de um conjunto de *softwares*, que integra o sistema de validação de identidade de pessoas físicas, gerencia novos registros biométricos, atualiza registros biométricos existentes e permite a consulta de identidades registradas biometricamente. A coleta de informações biométricas ocorre por meio de um aplicativo de autenticação que utiliza a câmera de um celular ou de computador para capturar impressões digitais ou uma foto. O portal de assinaturas permite ao cliente da Companhia utilizar uma estrutura de produto com todos os atributos de assinatura de documentos. No portal de assinaturas é possível realizar assinaturas digitais, assinaturas eletrônicas, assinaturas de vídeo, todas com carimbo de tempo, que é um selo que atesta a data e a hora exata que o documento eletrônico recebeu a assinatura digital. A assinatura digital usa um certificado digital para identificar o signatário. No portal de assinaturas, o cliente assina os documentos com certificados digitais ICP-Brasil. Os serviços de certificações biométricas são vendidos agrupados com outros serviços (por exemplo, processamento de dados biométricos e hospedagem de *templates*) que representam outros recursos necessários para coleta e manutenção dos dados biométricos na nuvem. Portanto, esses recursos representam

uma única obrigação de performance em conjunto com os serviços de cadastro e verificação de dados biométricos e registros de atividades digitais. Os serviços de assinatura digitais incluem contratos agrupados com outros serviços (por exemplo, armazenamento de LQSG) que são outros recursos necessários para automação do fluxo de assinaturas de documentos digitais através da *internet*. Portanto, representam uma única obrigação de performance em conjunto com os serviços do portal de assinatura. As vendas são realizadas, substancialmente, com clientes pessoas jurídicas que adquirem quantidades de validações biométricas ou assinaturas digitais que são consumidas ao longo do tempo. As vendas são faturadas de acordo com as seguintes modalidades: (a) Postecipado: estes faturamentos ocorrem por processos de medição de consumo de serviços ou produtos dentro de um determinado período, geralmente por mês fechado; e (b) Antecipado: o faturamento é realizado de forma integral após a assinatura do contrato ou após a efetiva implantação do produto ou serviço, quando necessário. A Companhia reconhece a receita quando o certificado digital é emitido que é após a validação da identidade dos solicitantes. **Receita com portal de assinaturas e certificações biométricas:** A Companhia presta serviços de certificações biométricas e assinaturas digitais. O serviço de certificação biométrica é baseado em uma plataforma, constituída a partir de um conjunto de *softwares*, que integra o sistema de validação de identidade de pessoas físicas, gerencia novos registros biométricos, atualiza registros biométricos existentes e permite a consulta de identidades registradas biometricamente. A coleta de informações biométricas ocorre por meio de um aplicativo de autenticação que utiliza a câmera de um celular ou de computador para capturar impressões digitais ou uma foto. O portal de assinaturas permite ao cliente da Companhia utilizar uma estrutura de produto com todos os atributos de assinatura de documentos. No portal de assinaturas é possível realizar assinaturas digitais, assinaturas eletrônicas, assinaturas de vídeo, todas com carimbo de tempo, que é um selo que atesta a data e a hora exata que o documento eletrônico recebeu a assinatura digital. A assinatura digital usa um certificado digital para identificar o signatário. No portal de assinaturas, o cliente assina os documentos com certificados digitais ICP-Brasil. Os serviços de certificações biométricas são vendidos agrupados com outros serviços (por exemplo, processamento de dados biométricos e hospedagem de *templates*) que representam outros recursos necessários para coleta e manutenção dos dados biométricos na nuvem. Portanto, esses recursos representam

uma única obrigação de performance em conjunto com os serviços de cadastro e verificação de dados biométricos e registros de atividades digitais. Os serviços de assinatura digitais incluem contratos agrupados com outros serviços (por exemplo, armazenamento de LQSG) que são outros recursos necessários para automação do fluxo de assinaturas de documentos digitais através da *internet*. Portanto, representam uma única obrigação de performance em conjunto com os serviços do portal de assinatura. As vendas são realizadas, substancialmente, com clientes pessoas jurídicas que adquirem quantidades de validações biométricas ou assinaturas digitais que são consumidas ao longo do tempo. As vendas são faturadas de acordo com as seguintes modalidades: (a) Postecipado: estes faturamentos ocorrem por processos de medição de consumo de serviços ou produtos dentro de um determinado período, geralmente por mês fechado; e (b) Antecipado: o faturamento é realizado de forma integral após a assinatura do contrato ou após a efetiva implantação do produto ou serviço, quando necessário. A Companhia reconhece a receita quando o certificado digital é emitido que é após a validação da identidade dos solicitantes. **Receita com portal de assinaturas e certificações biométricas:** A Companhia presta serviços de certificações biométricas e assinaturas digitais. O serviço de certificação biométrica é baseado em uma plataforma, constituída a partir de um conjunto de *softwares*, que integra o sistema de validação de identidade de pessoas físicas, gerencia novos registros biométricos, atualiza registros biométricos existentes e permite a consulta de identidades registradas biometricamente. A coleta de informações biométricas ocorre por meio de um aplicativo de autenticação que utiliza a câmera de um celular ou de computador para capturar impressões digitais ou uma foto. O portal de assinaturas permite ao cliente da Companhia utilizar uma estrutura de produto com todos os atributos de assinatura de documentos. No portal de assinaturas é possível realizar assinaturas digitais, assinaturas eletrônicas, assinaturas de vídeo, todas com carimbo de tempo, que é um selo que atesta a data e a hora exata que o documento eletrônico recebeu a assinatura digital. A assinatura digital usa um certificado digital para identificar o signatário. No portal de assinaturas, o cliente assina os documentos com certificados digitais ICP-Brasil. Os serviços de certificações biométricas são vendidos agrupados com outros serviços (por exemplo, processamento de dados biométricos e hospedagem de *templates*) que representam outros recursos necessários para coleta e manutenção dos dados biométricos na nuvem. Portanto, esses recursos representam

uma única obrigação de performance em conjunto com os serviços de cadastro e verificação de dados biométricos e registros de atividades digitais. Os serviços de assinatura digitais incluem contratos agrupados com outros serviços (por exemplo, armazenamento de LQSG) que são outros recursos necessários para automação do fluxo de assinaturas de documentos digitais através da *internet*. Portanto, representam uma única obrigação de performance em conjunto com os serviços do portal de assinatura. As vendas são realizadas, substancialmente, com clientes pessoas jurídicas que adquirem quantidades de validações biométricas ou assinaturas digitais que são consumidas ao longo do tempo. As vendas são faturadas de acordo com as seguintes modalidades: (a) Postecipado: estes faturamentos ocorrem por processos de medição de consumo de serviços ou produtos dentro de um determinado período, geralmente por mês fechado; e (b) Antecipado: o faturamento é realizado de forma integral após a assinatura do contrato ou após a efetiva implantação do produto ou serviço, quando necessário. A Companhia reconhece a receita quando o certificado digital é emitido que é após a validação da identidade dos solicitantes. **Receita com portal de assinaturas e certificações biométricas:** A Companhia presta serviços de certificações biométricas e assinaturas digitais. O serviço de certificação biométrica é baseado em uma plataforma, constituída a partir de um conjunto de *softwares*, que integra o sistema de validação de identidade de pessoas físicas, gerencia novos registros biométricos, atualiza registros biométricos existentes e permite a consulta de identidades registradas biometricamente. A coleta de informações biométricas ocorre por meio de um aplicativo de autenticação que utiliza a câmera de um celular ou de computador para capturar impressões digitais ou uma foto. O portal de assinaturas permite ao cliente da Companhia utilizar uma estrutura de produto com todos os atributos de assinatura de documentos. No portal de assinaturas é possível realizar assinaturas digitais, assinaturas eletrônicas, assinaturas de vídeo, todas com carimbo de tempo, que é um selo que atesta a data e a hora exata que o documento eletrônico recebeu a assinatura digital. A assinatura digital usa um certificado digital para identificar o signatário. No portal de assinaturas, o cliente assina os documentos com certificados digitais ICP-Brasil. Os serviços de certificações biométricas são vendidos agrupados com outros serviços (por exemplo, processamento de dados biométricos e hospedagem de *templates*) que representam outros recursos necessários para coleta e manutenção dos dados biométricos na nuvem. Portanto, esses recursos representam

uma única obrigação de performance em conjunto com os serviços de cadastro e verificação de dados biométricos e registros de atividades digitais. Os serviços de assinatura digitais incluem contratos agrupados com outros serviços (por exemplo, armazenamento de LQSG) que são outros recursos necessários para automação do fluxo de assinaturas de documentos digitais através da *internet*. Portanto, representam uma única obrigação de performance em conjunto com os serviços do portal de assinatura. As vendas são realizadas, substancialmente, com clientes pessoas jurídicas que adquirem quantidades de validações biométricas ou assinaturas digitais que são consumidas ao longo do tempo. As vendas são faturadas de acordo com as seguintes modalidades: (a) Postecipado: estes faturamentos ocorrem por processos de medição de consumo de serviços ou produtos dentro de um determinado período, geralmente por mês fechado; e (b) Antecipado: o faturamento é realizado de forma integral após a assinatura do contrato ou após a efetiva implantação do produto ou serviço, quando necessário. A Companhia reconhece a receita quando o certificado digital é emitido que é após a validação da identidade dos solicitantes. **Receita com portal de assinaturas e certificações biométricas:** A Companhia presta serviços de certificações biométricas e assinaturas digitais. O serviço de certificação biométrica é baseado em uma plataforma, constituída a partir de um conjunto de *softwares*, que integra o sistema de validação de identidade de pessoas físicas, gerencia novos registros biométricos, atualiza registros biométricos existentes e permite a consulta de identidades registradas biometricamente. A coleta de informações biométricas ocorre por meio de um aplicativo de autenticação que utiliza a câmera de um celular ou de computador para capturar impressões digitais ou uma foto. O portal de assinaturas permite ao cliente da Companhia utilizar uma estrutura de produto com todos os atributos de assinatura de documentos. No portal de assinaturas é possível realizar assinaturas digitais, assinaturas eletrônicas, assinaturas de vídeo, todas com carimbo de tempo, que é um selo que atesta a data e a hora exata que o documento eletrônico recebeu a assinatura digital. A assinatura digital usa um certificado digital para identificar o signatário. No portal de assinaturas, o cliente assina os documentos com certificados digitais ICP-Brasil. Os serviços de certificações biométricas são vendidos agrupados com outros serviços (por exemplo, processamento de dados biométricos e hospedagem de *templates*) que representam outros recursos necessários para coleta e manutenção dos dados biométricos na nuvem. Portanto, esses recursos representam

uma única obrigação de performance em conjunto com os serviços de cadastro e verificação de dados biométricos e registros de atividades digitais. Os serviços de assinatura digitais incluem contratos agrupados com outros serviços (por exemplo, armazenamento de LQSG) que são outros recursos necessários para automação do fluxo de assinaturas de documentos digitais através da *internet*. Portanto, representam uma única obrigação de performance em conjunto com os serviços do portal de assinatura. As vendas são realizadas, substancialmente, com clientes pessoas jurídicas que adquirem quantidades de validações biométricas ou assinaturas digitais que são consumidas ao longo do tempo. As vendas são faturadas de acordo com as seguintes modalidades: (a) Postecipado: estes faturamentos ocorrem por processos de medição de consumo de serviços ou produtos dentro de um determinado período, geralmente por mês fechado; e (b) Antecipado: o faturamento é realizado de forma integral após a assinatura do contrato ou após a efetiva implantação do produto ou serviço, quando necessário. A Companhia reconhece a receita quando o certificado digital é emitido que é após a validação da identidade dos solicitantes. **Receita com portal de assinaturas e certificações biométricas:** A Companhia presta serviços de certificações biométricas e assinaturas digitais. O serviço de certificação biométrica é baseado em uma plataforma, constituída a partir de um conjunto de *softwares*, que integra o sistema de validação de identidade de pessoas físicas, gerencia novos registros biométricos, atualiza registros biométricos existentes e permite a consulta de identidades registradas biometricamente. A coleta de informações biométricas ocorre por meio de um aplicativo de autenticação que utiliza a câmera de um celular ou de computador para capturar impressões digitais ou uma foto. O portal de assinaturas permite ao cliente da Companhia utilizar uma estrutura de produto com todos os atributos de assinatura de documentos. No portal de assinaturas é possível realizar assinaturas digitais, assinaturas eletrônicas, assinaturas de vídeo, todas com carimbo de tempo, que é um selo que atesta a data e a hora exata que o documento eletrônico recebeu a assinatura digital. A assinatura digital usa um certificado digital para identificar o signatário. No portal de assinaturas, o cliente assina os documentos com certificados digitais ICP-Brasil. Os serviços de certificações biométricas são vendidos agrupados com outros serviços (por exemplo, processamento de dados biométricos e hospedagem de *templates*) que representam outros recursos necessários para coleta e manutenção dos dados biométricos na nuvem. Portanto, esses recursos representam

uma única obrigação de performance em conjunto com os serviços de cadastro e verificação de dados biométricos e registros de atividades digitais. Os serviços de assinatura digitais incluem contratos agrupados com outros serviços (por exemplo, armazenamento de LQSG) que são outros recursos necessários para automação do fluxo de assinaturas de documentos digitais através da *internet*. Portanto, representam uma única obrigação de performance em conjunto com os serviços do portal de assinatura. As vendas são realizadas, substancialmente, com clientes pessoas jurídicas que adquirem quantidades de validações biométricas ou assinaturas digitais que são consumidas ao longo do tempo. As vendas são faturadas de acordo com as seguintes modalidades: (a) Postecipado: estes faturamentos ocorrem por processos de medição de consumo de serviços ou produtos dentro de um determinado período, geralmente por mês fechado; e (b) Antecipado: o faturamento é realizado de forma integral após a assinatura do contrato ou após a efetiva implantação do produto ou serviço, quando necessário. A Companhia reconhece a receita quando o certificado digital é emitido que é após a validação da identidade dos solicitantes. **Receita com portal de assinaturas e certificações biométricas:** A Companhia presta serviços de certificações biométricas e assinaturas digitais. O serviço de certificação biométrica é baseado em uma plataforma, constituída a partir de um conjunto de *softwares*, que integra o sistema de validação de identidade de pessoas físicas, gerencia novos registros biométricos, atualiza registros biométricos existentes e permite a consulta de identidades registradas biometricamente. A coleta de informações biométricas ocorre por meio de um aplicativo de autenticação que utiliza a câmera de um celular ou de computador para capturar impressões digitais ou uma foto. O portal de assinaturas permite ao cliente da Companhia utilizar uma estrutura de produto com todos os atributos de assinatura de documentos. No portal de assinaturas é possível realizar assinaturas digitais, assinaturas eletrônicas, assinaturas de vídeo, todas com carimbo de tempo, que é um selo que atesta a data e a hora exata que o documento eletrônico recebeu a assinatura digital. A assinatura digital usa um certificado digital para identificar o signatário. No portal de assinaturas, o cliente assina os documentos com certificados digitais ICP-Brasil. Os serviços de certificações biométricas são vendidos agrupados com outros serviços (por exemplo, processamento de dados biométricos e hospedagem de *templates*) que representam outros recursos necessários para coleta e manutenção dos dados biométricos na nuvem. Portanto, esses recursos representam

uma única obrigação de performance em conjunto com os serviços de cadastro e verificação de dados biométricos e registros de atividades digitais. Os serviços de assinatura digitais incluem contratos agrupados com outros serviços (por exemplo, armazenamento de LQSG) que são outros recursos necessários para automação do fluxo de assinaturas de documentos digitais através da *internet*. Portanto, representam uma única obrigação de performance em conjunto com os serviços do portal de assinatura. As vendas são realizadas, substancialmente, com clientes pessoas jurídicas que adquirem quantidades de validações biométricas ou assinaturas digitais que são consumidas ao longo do tempo. As vendas são faturadas de acordo com as seguintes modalidades: (a) Postecipado: estes faturamentos ocorrem por processos de medição de consumo de serviços ou produtos dentro de um determinado período, geralmente por mês fechado; e (b) Antecipado: o faturamento é realizado de forma integral após a assinatura do contrato ou após a efetiva implantação do produto ou serviço, quando necessário. A Companhia reconhece a receita quando o certificado digital é emitido que é após a validação da identidade dos solicitantes. **Receita com portal de assinaturas e certificações biométricas:** A Companhia presta serviços de certificações biométricas e assinaturas digitais. O serviço de certificação biométrica é baseado em uma plataforma, constituída a partir de um conjunto de *softwares*, que integra o sistema de validação de identidade de pessoas físicas, gerencia novos registros biométricos, atualiza registros biométricos existentes e permite a consulta de identidades registradas biometricamente. A coleta de informações biométricas ocorre por meio de um aplicativo de autenticação que utiliza a câmera de um celular ou de computador para capturar impressões digitais ou uma foto. O portal de assinaturas permite ao cliente da Companhia utilizar uma estrutura de produto com todos os atributos de assinatura de documentos. No portal de assinaturas é possível realizar assinaturas digitais, assinaturas eletrônicas, assinaturas de vídeo, todas com carimbo de tempo, que é um selo que atesta a data e a hora exata que o documento eletrônico recebeu a assinatura digital. A assinatura digital usa um certificado digital para identificar o signatário. No portal de assinaturas, o cliente assina os documentos com certificados digitais ICP-Brasil. Os serviços de certificações biométricas são vendidos agrupados com outros serviços (por exemplo, processamento de dados biométricos e hospedagem de *templates*) que representam outros recursos necessários para coleta e manutenção dos dados biométricos na nuvem. Portanto, esses recursos representam

uma única obrigação de performance em conjunto com os serviços de cadastro e verificação de dados biométricos e registros de atividades digitais. Os serviços de assinatura digitais incluem contratos agrupados com outros serviços (por exemplo, armazenamento de LQSG) que são outros recursos necessários para automação do fluxo de assinaturas de documentos digitais através da *internet*. Portanto, representam uma única obrigação de performance em conjunto com os serviços do portal de assinatura. As vendas são realizadas, substancialmente, com clientes pessoas jurídicas que adquirem quantidades de validações biométricas ou assinaturas digitais que são consumidas ao longo do tempo. As vendas são faturadas de acordo com as seguintes modalidades: (a) Postecipado: estes faturamentos ocorrem por processos de medição de consumo de serviços ou produtos dentro de um determinado período, geralmente por mês fechado; e (b) Antecipado: o faturamento é realizado de forma integral após a assinatura do contrato ou após a efetiva implantação do produto ou serviço, quando necessário. A Companhia reconhece a receita quando o certificado digital é emitido que é após a validação da identidade dos solicitantes. **Receita com portal de assinaturas e certificações biométricas:** A Companhia presta serviços de certificações biométricas e assinaturas digitais. O serviço de certificação biométrica é baseado em uma plataforma, constituída a partir de um conjunto de *softwares*, que integra o sistema de validação de identidade de pessoas físicas, gerencia novos registros biométricos, atualiza registros biométricos existentes e permite a consulta de identidades registradas biometricamente. A coleta de informações biométricas ocorre por meio de um aplicativo de autenticação que utiliza a câmera de um celular ou de computador para capturar impressões digitais ou uma foto. O portal de assinaturas permite ao cliente da Companhia utilizar uma estrutura de produto com todos os atributos de assinatura de documentos. No portal de assinaturas é possível realizar assinaturas digitais, assinaturas eletrônicas, assinaturas de vídeo, todas com carimbo de tempo, que é um selo que atesta a data e a hora exata que o documento eletrônico recebeu a assinatura digital. A assinatura digital usa um certificado digital para identificar o signatário. No portal de assinaturas, o cliente assina os documentos com certificados digitais ICP-Brasil. Os serviços de certificações biométricas são vendidos agrupados com outros serviços (por exemplo, processamento de dados biométricos e hospedagem de *templates*) que representam outros recursos necessários para coleta e manutenção dos dados biométricos na nuvem. Portanto, esses recursos representam

uma única obrigação de performance em conjunto com os serviços de cadastro e verificação de dados biométricos e registros de atividades digitais. Os serviços de assinatura digitais incluem contratos agrupados com outros serviços (por exemplo, armazenamento de LQSG) que são outros recursos necessários para automação do fluxo de assinaturas de documentos digitais através da *internet*. Portanto, representam uma única obrigação de performance em conjunto com os serviços do portal de assinatura. As vendas são realizadas, substancialmente, com clientes pessoas jurídicas que adquirem quantidades de validações biométricas ou assinaturas digitais que são consumidas ao longo do tempo. As vendas são faturadas de acordo com as seguintes modalidades: (a) Postecipado: estes faturamentos ocorrem por processos de medição de consumo de serviços ou produtos dentro de um determinado período, geralmente por mês fechado; e (b) Antecipado: o faturamento é realizado de forma integral após a assinatura do contrato ou após a efetiva implantação do produto ou serviço, quando necessário. A Companhia reconhece a receita quando o certificado digital é emitido que é após a validação da identidade dos solicitantes. **Receita com portal de assinaturas e certificações biométricas:** A Companhia presta serviços de certificações biométricas e assinaturas digitais. O serviço de certificação biométrica é baseado em uma plataforma, constituída a partir de um conjunto de *softwares*, que integra o sistema de validação de identidade de pessoas físicas, gerencia novos registros biométricos, atualiza registros biométricos existentes e permite a consulta de identidades registradas biometricamente. A coleta de informações biométricas ocorre por meio de um aplicativo de autenticação que utiliza a câmera de um celular ou de computador para capturar impressões digitais ou uma foto. O portal de assinaturas permite ao cliente da Companhia utilizar uma estrutura de produto com todos os atributos de assinatura de documentos. No portal de assinaturas é possível realizar assinaturas digitais, assinaturas eletrônicas, assinaturas de vídeo, todas com carimbo de tempo, que é um selo que atesta a data e a hora exata que o documento eletrônico recebeu a assinatura digital. A assinatura digital usa um certificado digital para identificar o signatário. No portal de assinaturas, o cliente assina os documentos com certificados digitais ICP-Brasil. Os serviços de certificações biométricas são vendidos agrupados com outros serviços (por exemplo, processamento de dados biométricos e hospedagem de *templates*) que representam outros recursos necessários para coleta e manutenção dos dados biométricos na nuvem. Portanto, esses recursos representam

uma única obrigação de performance em conjunto com os serviços de cadastro e verificação de dados biométricos e registros de atividades digitais. Os serviços de assinatura digitais incluem contratos agrupados com outros serviços (por exemplo, armazenamento de LQSG) que são outros recursos necessários para automação do fluxo de assinaturas de documentos digitais através da *internet*. Portanto, representam uma única obrigação de performance em conjunto com os serviços do portal de assinatura. As vendas são realizadas, substancialmente, com clientes pessoas jurídicas que adquirem quantidades de validações biométricas ou assinaturas digitais que são consumidas ao longo do tempo. As vendas são faturadas de acordo com as seguintes modalidades: (a) Postecipado: estes faturamentos ocorrem por processos de medição de consumo de serviços ou produtos dentro de um determinado período, geralmente por mês fechado; e (b) Antecipado: o faturamento é realizado de forma integral após a assinatura do contrato ou após a efetiva implantação do produto ou serviço, quando necessário. A Companhia reconhece a receita quando o certificado digital é emitido que é após a validação da identidade dos solicitantes. **Receita com portal de assinaturas e certificações biométricas:** A Companhia presta serviços de certificações biométricas e assinaturas digitais. O serviço de certificação biométrica é baseado em uma plataforma, constituída a partir de um conjunto de *softwares*, que integra

Justiça bloqueia R\$ 119 milhões de investigados por fraude contra INSS

A Advocacia-Geral da União (AGU) informou na terça-feira (3) que a Justiça Federal em Brasília preferiu novas decisões que determinaram o bloqueio de R\$ 119 milhões em bens de empresas e investigados envolvidos nas fraudes em descontos irregulares nos benefícios de aposentados

e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Os bloqueios foram determinados pela juíza federal Luciana Raquel Tolentino de Moura, da 7ª Vara Federal do Distrito Federal, e ocorreram em cinco ações protocoladas pela AGU.

Em cada processo, foram

bloqueados R\$ 23,8 milhões em bens móveis, imóveis e ativos financeiros de oito empresas e nove pessoas físicas. Os sigilos bancário e fiscal também foram quebrados por determinação judicial.

De acordo com a AGU, há indícios de que as empresas são suspeitas de atuarem como fir-

mas de fechada para praticar os desvios ilegais contra os aposentados. Em troca de autorização para a realização dos descontos, as empresas pagaram propina para agentes públicos.

No mês passado, a AGU pediu o bloqueio de R\$ 2,5 bilhões contra 12 entidades associativas e 60

dirigentes. Por determinação da juíza, o caso foi fatiado em 15 ações para facilitar a análise dos pedidos.

As fraudes são investigadas na Operação Sem Desconto, da Polícia Federal, que investiga um esquema nacional de descontos de mensalidades associativas não autorizadas. Estima-se que

cerca de R\$ 6,3 bilhões foram descontados de aposentados e pensionistas entre 2019 e 2024.

As ações judiciais fazem parte do trabalho do grupo especial montado pela AGU para buscar a recuperação do dinheiro descontado irregularmente dos aposentados. (Agência Brasil)

Parlamentares do Brics criticam guerra tarifária promovida pelos EUA

Sem citar explicitamente o governo do presidente Donald Trump, parlamentares de países do Brics criticaram, na terça-feira (3), em Brasília, a guerra comercial promovida por meio de tarifas adotadas de forma unilateral pelos Estados Unidos (EUA), que impactam os mercados mundiais

desde abril deste ano.

Na condição de presidente do Brics em 2025, o Brasil sedia, nesta semana, o 11º Fórum Parlamentar do bloco, no qual se deu a reunião dos presidentes das comissões de relações exteriores de 15 países. O grupo inclui mem-

bro permanentes e parceiros do principal bloco de economias emergentes do planeta.

O presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado brasileiro, senador Nelsinho Trad (PSD-MS), presidiu a reunião, destacando a necessidade de aumentar o comércio entre os países do Brics e criticando medidas tarifárias unilaterais como as tomadas por Trump.

“É grande nossa preocupação com o aumento de medidas protecionistas unilaterais injustificadas, inconsistentes com as regras da OMC [Organização Mundial do Comércio], incluindo o incremento indiscriminado de medidas tarifárias e não tarifárias e o uso abusivo de políticas verdes para fins protecionistas”, destacou o parlamentar.

O representante brasileiro acrescentou que, apesar de um mundo cada vez menos cooperativo, o Brics continua firme “no seu compromisso de lutar pelo multilateralismo”. Ao contrário do bilateralismo ou unilateralismo, o multilateralismo busca construir soluções em conjunto com os países para os problemas comuns do planeta.

A presidência do Brasil no Brics ocorre em meio à expansão do bloco e ao início do novo mandato de Donald Trump, que tem rejeitado o multilateralismo em favor de construir soluções unilaterais ou bilaterais, sendo as bilaterais aquelas acordadas apenas entre dois países.

Guerra Fria

O vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores do Parlamento da China, deputado Wang Ke, destacou que a mentalidade da Guerra Fria está voltando ao mundo e que “alguns países” estão usando a intimidação unilateral para impor seus interesses.

“Alguns países estão aplicando tarifas em todos os lugares. Eles colocam abertamente seus próprios interesses acima do interesse da comunidade interna-

cional e ignoram o sistema multilateral de comércio e as regras estabelecidas. Infringem gravemente os direitos e interesses legítimos de todos os países”, comentou o parlamentar chinês.

Wang Ke defendeu a unidade do Brics para enfrentar essa situação. “O Brics está se tornando cada vez mais a espinha dorsal da cooperação no Sul Global e o motor do crescimento. Devemos fortalecer a unidade e a cooperação e trabalhar juntos para salvaguardar nossos direitos e interesses legítimos”, concluiu.

O representante do parlamento do Emirados Árabes Unidos, Ali AlNuaimi, destacou que a ordem mundial que surgiu após a 2ª Guerra Mundial não existe mais e defendeu o uso da organização para construção de pontes entre os povos.

Moedas locais

A Indonésia, que ingressou no Brics como membro permanente neste ano, foi representada pelo deputado Mardani Ali Sera, que defendeu a expansão do comércio entre os países do Brics usando meios de pagamento com moedas locais. “Essas opções de pagamento reforçam nossa resiliência econômica para lidar com os desafios econômicos recentes”, destacou Ali Sera.

O uso de moedas locais para o comércio entre países do Brics, em substituição ao dólar, é uma das principais propostas do bloco. A ideia é alvo de duras críticas do presidente dos EUA, Donald Trump, que promete taxar países que substituam o dólar, como forma de preservar a hegemonia da moeda estadunidense no mercado global.

África

O representante da África do Sul, o deputado Supra Mahumelo, destacou que seu país tem

tidos grandes benefícios como membro do Brics. Ele elogiou o trabalho do banco da instituição, hoje presidido pela ex-presidente Dilma Rousseff, e defendeu a reforma das instituições multilaterais da ONU.

“A arquitetura do sistema internacional promove um desequilíbrio pela influência desproporcional dos países desenvolvidos e das grandes corporações. Embora esse desequilíbrio continue no sistema de comércio global, essa arquitetura financeira está enraizada em arranjos unilaterais”, disse o representante sul-africano.

A reforma dos organismos internacionais, como Organização Mundial do Comércio (OMC), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Conselho de Segurança da ONU, está entre as principais demandas do Brics.

Representando a Nigéria, que ingressou no Brics como membro parceiro neste ano, o deputado Busayo Oluwole Oke também criticou medidas protecionistas e sanções econômicas unilaterais.

“Vemos o início de uma nova ordem mundial com novos desafios. O comércio do Brics não é apenas uma meta, é uma necessidade. E isso se torna ainda mais crucial com as rupturas atuais ainda avançando na arena global do comércio internacional. Que nós possamos diversificar nossos canais de comércio, menos dependentes de mercados internacionais”, afirmou o nigeriano.

América Latina

Além do Brasil, que é membro permanente do Brics, a América Latina conta com outros dois integrantes: Cuba e Bolívia, que são membros parceiros. A Argentina chegou a ser membro permanente do bloco, mas o presidente de ultradireita Javier Milei decidiu tirar o país da organização após assumir a Casa Rosada.

O representante boliviano, o parlamentar Felix Ajpi Ajpi, lembrou que seu país oferece muitas oportunidades para investimen-

tos por possuir as maiores reservas de lítio do planeta, um dos principais minerais usados pela indústria na transição energética.

“Defendemos adicionar mais países para esse sistema moderno [do Brics]. Por isso, a gente agradece ao Brasil por apoiar a gente, para que possamos virar parceiros nesse mundo multipolar, que é uma solução pacífica para o desenvolvimento, já que sofremos muito tempo com o unilateralismo”, disse.

Cuba é outro país que ingressou neste ano como membro parceiro. O vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores de Cuba, Alberto Nuñez Betancourt, destacou que o Brics é um desafio para hegemonia ocidental.

“O desafio dos Brics é promover o Novo Banco de Desenvolvimento [NBD] com uso de moedas locais e criando projetos com apoio financeiro que permitam a países da África e da América Latina explorar planos de tecnologia com melhores condições se comparados a aqueles que são impostos pelo FMI”, destacou o parlamentar cubano.

O NDB - banco do Brics - tem atualmente cerca de 100 projetos financiados que somam aproximadamente US\$ 33 bilhões. O banco tem um papel central na estratégia do bloco de ampliar os investimentos nos países do bloco e do Sul Global.

Brics

Inicialmente formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, a coalização de países incluiu, no ano passado, como membros permanentes: o Irã, a Arábia Saudita, o Egito, a Etiópia e o Emirados Árabes Unidos.

Neste ano, foi a vez da Indonésia ser incluída como membro permanente. Além disso, em 2025, foi inaugurada a modalidade de membros parceiros, com a inclusão de nove países: Belarus, Bolívia, Cuba, Cazaquistão, Malásia, Nigéria, Tailândia, Uganda e Uzbequistão. (Agência Brasil)

Prêmio Queijos Paraná: dos 65 premiados, 27 são assistidos pelo IDR-Paraná

Da Medicina Veterinária para produção de queijos. Em 2024, depois de ter o segundo filho, Larissa Dyck e seu marido Marwin Dyck largaram a carreira de veterinários para ajudar na produção de queijo da família e ficar mais perto das crianças. E o resultado foi duas medalhas na segunda edição do Prêmio Queijos Paraná: prata para o Queijo Colonial Meia Cura -maturação 21 dias e bronze no Queijo Colonial Opa Dick-100 dias de maturação.

O casal é de Palmeira, nos Campos Gerais, e já participou de outros prêmios anteriormente. Com o feedback recebido e com assistência técnica correta conseguiram aprimorar o produto e saíram vencedores desta edição.

De acordo com Larissa, a orientação que recebeu do IDR-Paraná foi fundamental para chegar

na qualidade desejada. “Quando resolvemos trabalhar com meu sogro na produção de queijos eu soube da assistência técnica oferecida pelo IDR-Paraná. Procurei pelo escritório da minha cidade e desde então somos acompanhados pela equipe do IDR-PR que nos ajudou desde o projeto da agroindústria, até a regularização e estratégias de produção para melhorar a qualidade do nosso produto. Eles realmente pegaram na minha mão e me trouxeram até aqui”, diz.

A queijeira Larissa foi uma das 27 assistidas pelo IDR-Paraná a ganhar medalhas na segunda edição do Prêmio Queijos Paraná. Dos 447 queijos participantes, cerca de 200 chegaram pelas mãos dos extensionistas do Instituto. Destes, quatro ganharam o prêmio super ouro, quatro levaram para

apoio desde a produção até a regularização”, afirma.

Fabiola de Levrero e Borba Borba, engenheira de alimentos do IDR-Paraná, lembra que não é só para o prêmio que o IDR-Paraná atua. Também possui um corpo técnico de mais de 120 técnicos que contribui para o avanço de pequenas produções. O auxílio vai desde a formulação da dieta dos animais, feita com zootecnistas, cuidados com a sanidade dos rebanhos a cargo dos veterinários, até a parte da regularização das queijarias, tecnologia dos processos, e comercialização desses queijos.

“Temos um programa de agroindústria que atende cerca de 300 queijarias e mais três associações de queijeiros com cerca de 70 famílias associadas. Damos

apoio desde a produção até a regularização”, afirma.

O IDR-Paraná faz parte do Grupo Gestor do Prêmio, junto com o Sistema FAEP SENAR, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado do Paraná (Sebrae/PR), Sistema Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado (Fecomércio-PR) e Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Paraná (Sindilite-PR).

O prêmio de melhor queijo foi, pelo segundo ano, para o parmesão, da Frimesa. Ele foi escolhido pelo júri da 2ª edição do Prêmio Queijos do Paraná, que definiu os vencedores do concurso na última sexta-feira (30), após um dia inteiro de julgamentos no Museu Oscar Niemeyer (MON), em Curitiba. (AENPR)

Advogado do Consumidor Cidadania & Economia

Conheça seus Direitos

Agronegócio e Alimentos Orgânicos: Caminhos que se Complementam no Brasil

Por Nicholas Maciel Merlone

O Brasil é, indiscutivelmente, uma potência agropecuária. O PIB do agronegócio fecha 2024 com crescimento de 1,81% (CNA Brasil). Além disso, a CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil) estima aumento de 5% do PIB do agronegócio em 2025 (CNN Brasil). Com efeito, é um setor que não apenas movimenta a economia, mas também garante empregos, desenvolvimento regional e segurança alimentar para milhões de brasileiros. Sua importância é inquestionável tanto para o mercado externo, que depende dos grãos, carnes e commodities brasileiras, quanto para o mercado interno, que se beneficia do abastecimento constante e dos preços mais acessíveis em grande escala.

Paralelamente, cresce de forma significativa o mercado de alimentos orgânicos. Mais do que uma tendência, os orgânicos se consolidam como uma realidade econômica, social e ambiental. Este segmento, embora proporcionalmente menor, gera milhares de empregos, incentiva a agricultura familiar, promove práticas sustentáveis e atende a um público cada vez mais consciente sobre saúde e meio ambiente. Além disso, agrega valor aos produtos e movimenta uma cadeia econômica que favorece pequenos produtores e o comércio local.

É preciso, portanto, abandonar a falsa dicotomia que opõe o agronegócio aos alimentos orgânicos. Ambos são essenciais, cada um com seu papel específico. O agronegócio sustenta a balança comercial, fortalece a economia e garante a segurança alimentar em larga escala. Por outro lado, os orgânicos contribuem para diversificar a produção, fomentar práticas sustentáveis e atender nichos de mercado que valorizam qualidade, saúde e sustentabilidade.

O futuro da agricultura brasileira não está na exclusão de modelos, mas na convivência inteligente e complementar entre eles. Grandes produtores e agricultores familiares, tecnologia de ponta e práticas sustentáveis, produção em escala e nichos de mercado. Todos esses elementos, juntos, constroem um país mais forte, soberano e equilibrado.

O Brasil tem, portanto, a oportunidade de ser referência mundial não apenas como celeiro do mundo, mas também como exemplo de produção agrícola que alia desenvolvimento econômico, social e ambiental. O agronegócio e os orgânicos não são adversários. São aliados na construção de um país mais próspero, saudável e sustentável.

Nicholas Maciel Merlone - Advogado especialista em Direito do Consumidor com Escritórios Parceiros | Professor Universitário | Mestre em Direito | Articulista & Escritor.
Instagram: @nicholasmerlone / Contato: nicholas.merlone@gmail.com



ATAS / BALANÇOS / EDITAIS / LEILÕES

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1066232-07.2019.8.26.0100 Q(A) MM. Juiz(a) de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Carlos Eduardo Vieira Ramos, na forma da Lei, etc. FAZ SABER que perante este Juízo e Secretária, processam-se os autos da Ação de Execução de Título Extrajudicial nº 1066232-07.2019.8.26.0100, movida por Danone Ltda. em face de C&M Distribuição Comercio e Representação Ltda e outros, distribuída em 12/07/2019, tendo por objeto o recebimento da importância de R\$ 5.434.005,50 - atualizado até julho de 2019 (fl. 37/42), decorrente de Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Promessa de Pagamento. Não sendo possível a citação dos Coexecutados C&M Distribuição Comercio e Representação Ltda, Jose Mauricio Vieira Oliveira e Debora Lima de Souza, tendo em vista o esgotamento dos meios de localização comprovado pelas certidões negativas nos endereços conhecidos que noticiam estar o corréu em lugar incerto e não sabido. Nos termos do artigo 256, II, do Código de Processo Civil, expediu-se o presente EDITAL DE CITAÇÃO dos Coexecutados C&M DISTRIBUIÇÃO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 00.231.329/0001-63; JOSE MAURICIO VIEIRA OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 606.986.404-20 e DEBORA LIMA DE SOUZA, inscrita no CPF sob o nº 849.037.324-87, com prazo de 20 (vinte) dias, findo o qual, inicia-se o prazo de 03 (três) dias para que pague a quantia de R\$ 5.434.005,50, que deverá ser atualizada até a data do pagamento, acrescida de custas processuais e de honorários advocatícios de 10%, sob pena de, não o fazendo, serem penhorados tantos bens quantos bastem para a quitação da dívida, ficando desde logo, citados os Coexecutados para todos os demais termos da execução, consoante o artigo 829 do Código de Processo Civil, bem como identificados do prazo de 15 (quinze) dias para, querendo, oporem embargos à execução, na forma do artigo 915 do Código de Processo Civil. Caso não cumpram o mandado no prazo e os embargos não forem opostos, os Coexecutados serão considerados revéis, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 06 de maio de 2025.

Moraes pede que Hamilton Mourão seja ouvido pela PF dentro de 15 dias

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou na terça-feira (3), em Brasília, que o senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS) seja ouvido pela Polícia Federal no prazo de 15 dias.

A determinação atende pedi-

do da Procuradoria-Geral da República (PGR) e foi feita para apurar se o parlamentar foi influenciado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro antes do depoimento prestado no dia 23 de maio na ação penal da trama golpista.

Na semana passada, o portal Metrôpolis informou que Bolsonaro deu um telefonema para Mourão antes do depoimento ao

Supremo. Segundo a publicação, o ex-presidente teria pedido que Mourão reforçasse que ele não teve participação nos fatos.

Mourão prestou depoimento como uma das testemunhas de defesa de Bolsonaro e dos generais Braga Netto, Augusto Heleno e Paulo Sérgio Nogueira, réus do núcleo 1 da trama golpista.

Durante o depoimento, o senador disse que nunca participou de reuniões com Bolsonaro para tratar da decretação de medidas de exceção no país.

Mourão também negou que tenha presenciado ou tomado conhecimento de reuniões com teor golpista no fim do governo anterior. (Agência Brasil)